



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

DISCURSO DE POSSE

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

Agradeço, genuinamente honrado, as ilustres presenças nesta sessão.

Assumo a honrosa posição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. São mais de trinta anos de Estado de Direito democrático à luz da Constituição de 1988; governos e governantes sucederam e foram sucedidos; alçamos a maturidade democrática nessas três décadas com enorme ganho institucional.

Nada obstante, assumo essa função atento, de imediato, aos árduos desafios da hora que vivemos. Nela, a esperança nos move em direção à cooperação pacífica entre as instituições; cumpre-nos, assim, preservar o patamar civilizatório a que acedemos e evitar desgastes institucionais. Esse patamar a que acedemos é, dentro do marco constitucional, um direito inalienável do povo. Dele retroceder é violar a Constituição.

Cumpre, assim, agregar a sociedade pelo bom exemplo. A tolerância, a disposição para o diálogo e o compromisso inarredável com a verdade dos fatos afloram no povo quando, primeiramente, constituem faróis para o labor diário das autoridades de todas as esferas. Aos líderes e às instituições, portanto, toca repelir a cegueira moral e incentivar a elevação do espírito cívico e as condutas de boa-fé que abrem portas ao necessário comportamento respeitoso e dialógico.

Há muitos desafios a serem enfrentados. Menciono alguns deles.

O primeiro desafio é proteger e prestigiar a verdade sobre a integridade das eleições brasileiras.

O Tribunal Superior Eleitoral tem indisputado histórico de excelência de organização e realização de eleições seguras, corpo técnico multitudinário e capacitado, legitimidade constitucional em suas atribuições, e desenvolve Programa de Enfrentamento à Desinformação estruturado e em pleno funcionamento.

Este Tribunal comunga os seus afazeres com tribunais regionais, juízas e juizes eleitorais, servidores, funcionários e colaboradores que atuam na Justiça Eleitoral que completa 90 anos de existência e 25 anos de urnas eletrônicas, com eleições íntegras e confiáveis.

O segundo desafio é o de fortificar as próprias eleições, as quais, como se sabe, constituem a ferramenta fundamental não apenas a garantir a escolha dos líderes pelo povo soberano, mas ainda para assegurar que as diferenças políticas sejam solvidas em paz pela escolha popular. A democracia é, e sempre foi, inegociável.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A democracia, casa acolhedora do plural, tem espaço suficiente para todas as cosmovisões. Estende liberdades a todas e todos: o conservador democrata, o liberal democrata, o progressista democrata e o centrista democrata, independentemente das diferentes convicções que levam no coração, preservarão, juntos, a prerrogativa constante à correção de rumos, que a rigor corresponde a não desistir de melhorar o país.

A estabilidade democrática, nesse contexto, só é possível à vista de um comprometimento integral, a unir a sociedade e seus inúmeros atores em uma aliança forjada sobre o solo firme da reciprocidade.

O terceiro desafio, e que transcende a Justiça Eleitoral, é o respeito ao escoro das urnas; mais do que reconhecer a dignidade do outro, é também proteger o avanço civilizatório.

E é assim que, em nosso país, por meio das seguras urnas eletrônicas, as eleitoras e os eleitores decidem, em conjunto, a pilotagem do futuro e a escolha dos líderes e da orientação geral das políticas públicas.

A transparência das atividades governamentais, a probidade, a responsabilidade dos governos, na gestão pública, o respeito aos direitos sociais e a liberdade de expressão e de imprensa são, não por acaso, componentes fundamentais do exercício da democracia (Carta Democrática Interamericana, art. 4º).

Nos ambientes democráticos, é forte a imbricação existente não apenas entre liberdade de expressão e democracia, mas, também, entre liberdade de imprensa e formação da vontade popular.

Paz e segurança nas eleições em 2022, eis o que almejamos.

Quem é da paz diz não à violência de gênero e de todas as suas formas, não à misoginia, não à homofobia, e clama: sim à dignidade, à liberdade, aos direitos fundamentais, aos deveres essenciais de cada pessoa, da família e da própria sociedade constitucional: livre, justa e solidária.

Quem almeja a paz, portanto, também reconhece o papel da imprensa livre e efetivamente respeitada em todas as suas prerrogativas, na garantia do pluralismo democrático.

Nosso quarto desafio é o combate à perniciosa desconstrução do legado da Justiça Eleitoral. Seremos implacáveis na defesa da história da Justiça Eleitoral. Calar é consentir.

Dentro de seu campo de atuação, a Justiça Eleitoral, ao longo de seus 90 anos, tem assegurado, com reconhecida excelência, a higidez de mecânicas elementares para o processamento pacífico dos dissensos coletivos, na escolha de representantes do povo e, assim, para a manutenção da estabilidade político-social.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Há que se respeitar, desse modo, a dimensão de sua grandeza histórica, extraída do seu longo papel de agente da paz e garante fiel do poder e da voz das cidadãs e dos cidadãos, dos tempos das urnas de lona à era do voto eletrônico, referendado por especialistas independentes e por diversas instituições públicas como um paradigma de integridade para todo o mundo. Há que se levar a história a sério.

A Justiça Eleitoral é, para todos os efeitos, ao lado das instituições constitucionais, incansável fiadora da democracia e limite às alternativas opressoras do passado. Dentro desse contexto, as investidas maliciosas contra as eleições constituem, em si, ataques indiretos à própria democracia, tendo em consideração que o circuito desinformativo impulsiona o extremismo.

O Brasil merece mais. A Justiça Eleitoral brada por respeito. E alerta: não se renderá.

Cumprir a Constituição da República se impõe a todos: o Brasil é uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

Diante desses desafios, há, por isso mesmo, urgências inadiáveis.

É urgente e imprescindível: a união de atores comprometidos com o sistema democrático, a fim de preservar, mediante suas vozes, o protagonismo da verdade no sistema informativo.

Impende preservar a união e a concórdia, recusando, a todo o custo e por todos os meios legítimos, as armadilhas da pirataria informativa.

A desinformação não tem a ver, apenas e tão somente, com a distorção sistemática da verdade, isto é, com a normalização da mentira. A desinformação vai além e diz também com o uso de robôs e contas falsas, com disparos em massa, enfim, com todas as formas de comportamentos inautênticos no mundo digital. Diz, mais, com a insistência calculada em dúvidas fictícias, bem ainda com as enchentes narrativas produzidas com o fim de saturar o mercado de ideias, elevando os custos de acesso a informações adequadas.

Por isso mesmo, parece-nos igualmente urgente e imprescindível cessar o esgarçamento dos laços sociais. Uma sociedade quista em comunhão não pode – simplesmente não pode! – flertar com o rompimento.

Atenta às suas responsabilidades constitucionais e democráticas, a Justiça Eleitoral, como instituição responsável pelo processamento pacífico das diferenças políticas, tem um papel específico a desempenhar: cabe-lhe acudir a verdade escrutinada e, com ela, promover a tolerância.

A tolerância, isto é, o exercício de reconhecer a dignidade alheia é, como se sabe, um elemento indispensável para a harmonia social. Invoca, nesse sentido, a ideia de que pessoas são iguais em dignidade e que, por isso, não se podem anular.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Estamos sempre abertos ao diálogo e aos aprimoramentos. As portas estão abertas desde há muito à sociedade civil, aos partidos políticos, às entidades de classe, às Universidades, à ciência, às pesquisadoras e aos pesquisadores e acadêmicos, às lideranças empresariais e de trabalhadores, às pessoas e às instituições em geral, ao Ministério Público, à advocacia, às defensorias públicas, à Polícia Federal, às Forças Armadas, e a todas e a todos que tenham fé na democracia.

Refiro-me agora, em síntese, às principais diretrizes.

Anuncio, nesta oportunidade, uma síntese daquilo que a gestão irá primar: pela transparência e pela defesa da integridade do processo eleitoral; pela primazia do diálogo nas relações interinstitucionais, inclusive perante a comunidade eleitoral internacional; pela formação de alianças estratégicas, com entidades genuinamente interessadas na perpetuidade do patrimônio democrático; pela prevalência do clima de paz e tolerância na esfera pública; pela prevenção do conflito e de todas as formas de violência política; pelo respeito à dignidade e às potencialidades das autoridades técnicas e profissionais do honroso corpo de servidores da Justiça Eleitoral; pelo aperfeiçoamento constante dos serviços prestados, mediante a revisão de processos de auditoria e mapeamento de vulnerabilidades; pela inclusão e pela diversidade, em ordem a universalizar o acesso à democracia; pelo combate a formas violentas de expressão política; e pela eficiente administração dos recursos humanos, tecnológicos, patrimoniais e financeiros do Tribunal Superior Eleitoral.

A partir de hoje, entra em curso o Programa de Fortalecimento Institucional da Justiça Eleitoral. Estamos instituindo a Comissão de Combate ao Racismo; igualmente, amanhã instalaremos o Núcleo de Inclusão e Diversidade. Teremos a honra de continuar com o programa “TSE Mulheres”. Também manteremos e apoiaremos os setores, os grupos e as comissões de acessibilidade e de saúde laboral.

Manteremos e ampliaremos a importante Comissão de Transparência Eleitoral e do imprescindível Observatório de Transparência, ambos com a missão de observar e dialogar com a Justiça Eleitoral.

Especial preocupação teremos com o direito fundamental de dados pessoais e sua proteção, sopesado sempre com o dever de transparência inerente a todo e qualquer serviço público. A transparência como primazia será nossa diretriz. Desenvolveremos intenso programa de governança e de avaliação de riscos.

Iremos nos integrar de pronto ao esforço da comunidade eleitoral internacional pela defesa da democracia e em articulação com instituições e entidades encarregadas dos processos eleitorais no contexto global.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Durante o mês de março nos reuniremos com cada uma das presidências de todos os partidos políticos para dialogar construtivamente sobre ideias e práticas de cooperação institucional, inclusive no combate à desinformação. Impende aqui realçar a relevância e o papel central destinado aos partidos políticos. Para eleger seus representantes, os titulares dos direitos políticos materializam, nos termos do artigo 14 da Constituição, a soberania popular que “será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”. É a manifestação da garantia do voto igual a livre expressão da vontade dos eleitores, como indica o Pacto de São José da Costa Rica.

Essa postura colaborativa também já tem as portas abertas pela Presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e aqui reitero meu agradecimento aos Presidentes Senador Rodrigo Pacheco e Deputado Arthur Lira, para ações coordenadas de combate à desinformação eleitoral.

No tocante aos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades eleitorais, após planejamento meticuloso elaborado pelos tribunais eleitorais, contamos com o apoio da área econômica do Governo e do Congresso Nacional, que aprovou em lei a dotação adequada aos gastos para a realização das eleições gerais e demais atividades da Justiça Eleitoral.

Destaco também a continuidade da implantação da Identificação Civil Nacional, projeto que contribuirá para a modernização do Estado Brasileiro.

A Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE – que tanto contribuiu para o processo de informatização das eleições – terá todo o apoio de minha gestão, notadamente nas ações de defesa cibernética da Justiça Eleitoral. Como sabem, vivemos em um mundo novo, em que o espaço das redes digitais precisa ser defendido dos contra-ataques de criminosos que tentam vilipendiar as instituições.

As pautas ora anunciadas serão levadas em um contexto de presença unida e de operar sinérgico, a congregar os vinte e sete tribunais regionais e mais de 22.588 (vinte e dois mil quinhentos e oitenta e oito) colaboradoras e colaboradores, assim como as magistradas e os magistrados eleitorais que servem à sociedade, bem assim o Ministério Público Eleitoral, os dedicados mesários – essas testemunhas oculares da lisura, da confiabilidade e da autenticidade dos pleitos movidos pela vocação de servir ao País.

A eleição não é um feito do TSE. É uma realização de muitos parceiros. Dos servidores da Justiça Eleitoral, dos mesários, aos barqueiros, motoristas, de quem prepara o lanche e de quem prepara os locais de votação, dos integrantes das juntas eleitorais, aos administradores de prédios ou locais de votação, passando pelo papel importante e imprescindível das Forças Armadas, especialmente nos trabalhos cívicos e patrióticos de levar as urnas nas mais distantes regiões e rincões do país, fazendo ali chegar, com zelo, segurança e eficiência, todo o conjunto de instrumentos para operar as urnas, e ainda das forças policiais que auxiliam sobremaneira a segurança das eleições. Somos muitos (mais de 22 mil todos os dias, cotidianamente, e mais de dois milhões no dia das eleições) e chegamos a todas as seções eleitorais, incluindo as comunidades indígenas e ribeirinhas.



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Eis aí, dentre tantos zelosos e abnegados, os embaixadores da democracia brasileira.

Por fim, não poderia terminar a presente solenidade sem antes dirigir algumas palavras aos Excelentíssimos Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, a quem, respectivamente, sucedo e precedo.

Ao amigo Presidente Barroso, meu sincero reconhecimento pela patriótica dedicação, pelo zelo, pela empatia e pela sinergia com que se houve nos exemplares afazeres na chefia máxima da Justiça Eleitoral. Dirigiu o Presidente Barroso eleições no ambiente da pandemia; soube colher a orientação científica adequada, em situação inaudita, sem precedentes, e o fez com cautela, serenidade e eficiência. Merece, sem favor algum, nosso reconhecimento e nosso aplauso.

Ao Ministro Alexandre de Moraes, expresso aqui minha honra e alegria em compartilhar esse momento histórico. A experiência e o conhecimento de Vossa Excelência pavimentam o percurso a ser percorrido.

Concluo.

Aos meus colegas de Tribunal, ministros oriundos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e aos ministros juristas: juntos iremos preparar, organizar e realizar as eleições, administrando, julgando, regulamentando e dando as diretrizes consultivas necessárias. Prestamos aqui um serviço público e prestamos contas à sociedade brasileira.

Conclamo todas e todos, a partir da ciência das responsabilidades que temos, a encontrarmos o extrato líquido das metas comuns e que os comportamentos públicos sejam testemunha da autenticidade e da firmeza de nossos compromissos democráticos.

Por derradeiro, seguiremos com o estrito respeito às orientações das autoridades sanitárias e científicas, utilizando as ferramentas disponíveis e propícias ao maior cuidado com a saúde e o ambiente de trabalho.

Sigamos em paz. O importante é ter em mente a vasta extensão das agendas que nos unem. Queremos uma vida próspera, rica em harmonia, plena de trocas francas, generosas, colaborativas, dentro do Estado de Direito democrático. O coração do presente ainda sabe à esperança. O futuro esse sonho não deve nos negar.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Ministro Edson Fachin.